



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1729466 - SE (2020/0175602-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : CASTRO LIMA PATRIMONIAL LTDA - EPP
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO SILVA RIBEIRO - SE000843
EMANUEL MESSIAS BARBOZA MOURA JÚNIOR - SE002851
ALEXSANDRO MONTEIRO MELO - SE003433
EMBARGADO : SERGISPUMA - INDÚSTRIA DE COLCHÕES E ESPUMAS
LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADOS : JOSÉ GOMES DE BRITTO NETO - SE002664
LARISSA MELO CARVALHO - SE011542
EMBARGADO : PLÁSTICOS ARACAJU S/A
ADVOGADO : SHEILA FABIANA SCHMITT - RS076892

DESPACHO

Tendo em vista a certidão de fl. 294, intime-se a parte peticionante para que comprove, em 15 dias, o recolhimento das custas judiciais, conforme Resolução STJ/GP n. 2 de 1º de fevereiro de 2017, atualizada pela Instrução Normativa STJ/GP n. 1 de 26 de janeiro de 2021, a fim de não incorrer na pena do art. 290 do CPC.

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o comprovante de agendamento de custas judiciais não serve como prova do efetivo recolhimento.

Após, voltem os autos conclusos para apreciação do pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente